



1 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
2 CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA
3

4 **ATA 2684**

1 Aos **12** (doze) dias do mês de **julho** de **2016** (dois mil e dezesseis), reuniram-se, em caráter **ordinário**, na
2 Sede da Secretaria Municipal de Urbanismo de Porto Alegre, na Avenida Borges de Medeiros, 2244, 6°
3 andar, Sala de Reuniões, nesta capital, às 18:30 (dezoito horas e trinta minutos), em última chamada, os
4 membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), **comparecendo** os que
5 seguem, **José Euclésio dos Santos**, Vice Presidente, titular da Associação Gaúcha dos Advogados de
6 Direito Imobiliário Empresarial (AGADIE), presidindo a sessão; **Raul Saldanha Pila**, primeiro suplente do
7 Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB); **Julio Cezar Miranda**, titular da Empresa Pública de
8 Transporte e Circulação (EPTC); **Jussara Pires**, segunda suplente da Fundação Estadual de Planejamento
9 Metropolitano e Regional; **André Gewhr**, segundo suplente do Gabinete do Prefeito (GP); **Vaneska Paiva**
10 **Henrique**, primeira suplente da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB); **Luciano Gasparin**, servidor
11 da Secretaria Municipal de Gestão (SMGES); **Marcos Profes**, titular, **Cristina Lenz Mentges**, primeira
12 suplente, e **Denise Calvet Pinto**, segunda suplente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM);
13 **Livia Teresinha Salomão Piccinini**, titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
14 **Fabiana Figueiró**, titular, e **Darci Barnech Campani**, primeiro suplente da Associação Brasileira de
15 Engenharia Sanitária Ambiental (ABES); **Jorge Diogo de Jesus**, titular da Associação Riograndense dos
16 Escritórios de Arquitetura (AREA); **Rogério Dal Molin**, primeiro suplente do Sindicato dos Corretores de
17 Imóveis (SINDIMÓVEIS); **Fernando Brentano**, titular do Instituto Urbano Ambiental (IUA); **José Luis**
18 **Seabra Domingues**, titular da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul (OAB/RS); **Sérgio**
19 **Koren**, primeiro suplente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (SINDUSCON); **Jorge Larré**
20 **Lopes**, titular do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil (STICC); **Eduardo Chula**,
21 titular do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Terceira Região do RS (CRECI/RS); **Daniel**
22 **Nichele**, titular, e **Odir Miazzi**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Um (RGP 1);
23 **Osório Queiroz Junior**, titular, e **Adroaldo Venturini Barboza**, primeiro suplente da Região de Gestão de
24 Planejamento Dois (RGP 2); **Leandro Otenir Ribeiro Ribas**, primeiro suplente, e **Silvia Maria Ouriques de**
25 **Mello**, segunda suplente da Região de Gestão de Planejamento três (RGP 3); **Paulo Sérgio de Moraes**
26 **Monteiro**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Quatro (RGP 4); **Paulo Jorge Amaral**
27 **Cardoso**, titular da Região de Gestão de Planejamento Cinco (RGP 5); **Luiz Antonio Marques Gomes**,
28 titular, e **Luciano Ilha**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Seis (RGP 6); **Diaran Laone**
29 **Camargo**, titular, **Carlos Alberto Pinheiro do Nascimento**, primeiro suplente, e **Rosaura Dutra**, segunda
30 suplente da Região de Gestão de Planejamento Sete (RGP 7); **André Seixas**, titular da Região de Gestão de
31 Planejamento Oito (RGP 8); **Valdir Brazeiro**, titular, e **Emerson Gonçalves dos Santos**, segundo suplente
32 da Temática do Orçamento Participativo Habitação, Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano
33 Ambiental (OP-HOCDUA), e **Ana Paula Tomasi**, Secretária Executiva e relatora dos trabalhos (SMURB).
34 **Item Um. Abertura. Item Dois. Votação da Ata.** Conselheiro **Fernando** (IUA) solicitou a correção na sua
35 fala da folha quatro, solicitou substituir o termo “possam” por “devam” e incluir que “quanto mais elementos
36 forem disponibilizados, mais seguros ficam os conselheiros e mais rapidamente se esclarece o processo”. Na
37 sua fala da folha três, solicitou substituir o termo “por” por “quando”. Com as retificações propostas a ata da
38 última reunião foi colocada em votação e foi aprovada recebendo duas abstenções e os demais votos
39 favoráveis. **Ata aprovada. Item Três. Comunicações.** Conselheiro **Paulo** (RGP 4) divulgou panfleto
40 com os novos limites de bairros, gostaria de saber se tramitará no CMDUA. **Presidente**
41 informou que o tema já passou pelo Conselho. Conselheiro **Diaran** (RGP 7) agradeceu a Rute
42 por conseguir o processo que solicitou, da parada quatro da Lomba, além disso referiu que
43 algumas coisas estão indo bem no conselho, se consegue avançar, mas outras ainda
44 necessitam de melhoras, existem ainda dúvidas quanto a procedimentos, por exemplo regras
45 do encaminhamento para vistas. Conselheiro **Rosaura** (RGP 4) informou sobre a votação no dia
46 seguinte na Câmara das AEIS, informou que foram aprovadas em 2009 áreas na região sete,
47 mas que na apresentação feita ao CMDUA não apareceram, explicou o caso e informou que no
48 dia seguinte faria a solicitação para a expansão do gravame remanescente. Conselheiro **Jorge**
49 (STICC) refere as discussões no conselho sobre as aprovações, que existem queixas quanto à
50 impossibilidade de se interferir nas definições da CAUGE, opina que para resolver a questão
51 antes de o processo ir para a CAUGE as Regiões possam ser comunicadas. **Presidente**
52 informou que as pautas da CAUGE estavam sendo encaminhada pela comissão à secretaria do
53 conselho que divulga aos conselheiros, solicita que os conselheiros estejam atentos aos
54 processo de interesse. Conselheiro **André** (RGP 8) manifesta que têm havido dúvidas, opina
55 que a questão seja jurídica, entende que os conselheiros não sejam obrigados a aprovar, se
56 opinar que as contrapartidas não estejam adequadas irá posicionar-se contrário à aprovação.
57 Informou sobre a última reunião do Fórum Oito, reiterou solicitação de agenda com o secretário
58 Cogo para tratar de problemas com o CAR da Restinga, que não acolhe o Fórum, sem
59 disponibilizar condições de preparo para as reuniões, entende que os Fóruns também sejam



1 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
2 CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA
3

4 **ATA 2684**

1 estruturas do governo e que os CARs devam reconhecer, o CAR é uma extensão da prefeitura.
2 Em relação á CAUGE, que foi pauta da reunião, o conselheiro Carminatti esteve presente e
3 constatou-se que de fato há poucos empreendimentos na região, pouco conteúdo em relação a
4 contrapartidas, contudo tramitou um shopping, foram apresentadas as definições e se
5 constatou que as contrapartidas só beneficiam o empreendimento, criticou. **Presidente**
6 informa que assim que o secretario voltar, dentro de quinze dias, levará a solicitação de
7 agenda. Conselheiro **Rogério** (IUA) informou que o conselheiro Paulo Jorge recebeu
8 homenagem da Câmara de Vereadores, casa praticamente lotada, uma das coisas mais
9 importantes de sua fala gostaria de repetir, que o mais importante é fazer a diferença. Percebe
10 que no CMDUA existe esta busca, opina que a atual gestão se mostra atuante em relação a
11 anos anteriores, exemplificou a comissão do solo criado que tem feito a diferença, referiu a
12 avenida Tronco e percebe a melhora, na Icaraí em direção ao supermercado opina que poderia
13 ser feito projeto para desenvolvimento, em direção à Tronco, sugere esta elaboração, talvez
14 Porto Alegre possa se beneficiar bastante, o próprio solo criado poderia ser ali um instrumento
15 de desenvolvimento. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5) gostaria de agradecer a homenagem
16 recebida, o fato de ser negro em uma sociedade que ha cem anos ainda era escravocata,
17 considerando que ainda existe discriminação, se sente muito satisfeito, em relação ao CMDUA
18 gostaria que pudesse haver mais ações para melhorar a cidade, opina que seria importante
19 conhecer melhor, sugere que os conselheiros em conjunto visitem, existe muita qualificação
20 entre os conselheiros, poderia ser quatro passeios em regiões distintas da cidade. Opina que se
21 faça projeto para levar ao prefeito, nesse sentido poderia haver parceria com universidades.
22 Refere que voltou a estudar e retorna à noite na Salgado Filho, fica assustado com a falta de
23 segurança, ambiente escuro e perigoso também na Borges. Conselheiro **Marcos** (SMAM)
24 informou que na última reunião foi solicitado que a SMAM fizesse apresentação sobre o Plano de
25 Manejo do morro São Pedro e a mesma foi confirmada para o dia vinte e seis de julho. Conselheiro **André**
26 (RGP 8) informou que foi feita apresentação na região oito na última reunião e é necessário pelo menos uma
27 hora para abordar o assunto. **Presidente** informou que já estava combinado o período de uma
28 hora para a apresentação. Conselheiro **Brazeiro** (OP) opina que as informações do Conselho
29 são públicas e as informações que os conselheiros possuem que possam ser de interesse aos
30 demais devem repassar, é assim que tem agido, acha que se deva trabalhar em conjunto, se
31 trabalha para mudanças e percebe que houve qualificações no CMDUA, este é um desabafo
32 pois tem escutado coisas que não gosta. Referiu que caíram as AEIS, desde que ocorreu isso
33 comunicou ao CMDUA, se trabalha nisso, os projetos nessas áreas estão todos ilegais, nesta
34 sexta feira se conseguiu conciliação, quarta feira haverá sessão, projeto do executivo, as
35 audiências do CMDUA foram consideradas audiências públicas, não foi aceito pelo MP, mas a
36 justiça assim homologou, executivo então ratifica que houve audiência pública, se coloca as 31
37 áreas em votação, as quais não podem sofrer emendas pelos vereadores porque desta forma
38 se incorreria em vício novamente, pela não realização prévia de audiência pública. Enfatiza que
39 a área referida pela Rosaura está sendo contemplada, se luta para isso, as emendas podem ser
40 pontuais só não podem ser incluídas áreas que não sofreram o processo da audiência pública,
41 este é o conhecimento que possui e tem condições de compartilhar. Conselheiro **Fernando**
42 (IUA) a respeito da pauta disponibilizada pela CAUGE referiu que há a indicação dos processos
43 e endereços mas opinou que seria benéfico se houvesse mais dados. **Presidente** solicitou ao
44 GP se poderia levar ao Carminati o pedido. Informou que no dia dois de agosto haveria
45 apresentação da SMURB. Solicitou que os conselheiros que tenham porventura dúvidas façam
46 contato com a secretaria executiva para esclarecimentos. **Item Quatro. Ordem do Dia.**
47 **Processo Quatro Ponto Um. Expediente:** 001.025306.14.6. **Interessado:** PMPA. **Assunto:**
48 Atualização dos Valores do Solo Criado. **Relator:** Comissão Técnica Solo Criado. Conselheiro
49 **Osório** (RGP 2) informou sobre a última reunião, com a presença Carla Felicci e Aldo Lapolli da
50 Fazenda, os quais há muito trabalham com os cálculos do solo criado, a comissão apresentou a
51 intenção de elaborar nova metodologia em conjunto com a Fazenda e os servidores
52 manifestaram interesse em desenvolver uma reavaliação em conjunto com a SMURB, opina
53 que seja muito benéfico, no começo se teve dificuldade em compreender termos, agora
54 vencida esta etapa se inicia nova fase, nesse sentido a comissão avançou, deu detalhes.
55 Conselheiro **Koren** (SINDUSCON) referiu que foi referida a possibilidade de que a Fazenda
56 participasse da comissão, reiterou que a secretaria se manifestou solidária nessa reavaliação
57 de metodologia, o que se vinha fazendo era reaplicar a metodologia aprovada, se combinou



ATA 2684

1trazer ao CMDUA a proposta para que a fazenda participasse da comissão. Conselheiro
2**Fernando** (IUA) parabenizou a comissão, agradeceu as notícias e a participação dos
3conselheiros. **Adiado. Processo Quatro Ponto Dois. Expediente:** 002.053808.15.0.
4**Interessado:** URF / SMURB. **Assunto:** Resolução - Inclusão e Alteração de Gravame de
5Traçado Viário. **Local:** Estrada Chapéu do Sol, 553. **Relator:** RGP 3. **Encaminhamentos:** 1 -
6Vista à RGP 8 em 11/12/2015; 2 - Relatado em 15/12/2015. 3 - Diligências à SMURB em
715/012/2015. 4 - Em diligências à SMAM em 19/01/2016. Retornou à SMURB em 28/03/2016. 5 -
8Retornou em 24/05/2016. 6 - Entregue ao relator em 31/05/2016. Definido o encaminhamento
9para diligências à CTAARF em 31/05/2016. 7 - Processo disponibilizado pelo relator à comissão
10em 07/06/2016. Retornou em 05/07/2016. Relator ausente. Foi solicitado à suplente atenção à
11brevidade no relato dos processos. **Adiado. Processo Quatro Ponto Três. Expediente:**
12002.327599.00.0. **Interessado:** LMX Adm. De Bens e Gestão de Eventos. **Assunto:** EVU.
13**Local:** Rua Darcy Pereira Pozzi, 590 - Chapéu do Sol. **Relator:** IUA. **Encaminhamentos:**
14Relatado em 05/07/2016. Vistas à RGP 7 e RGP 8 em 05/07/2016. Não retornou. **Adiado.**
15**Processo Quatro Ponto Quatro. Expediente:** 002.050169.16.5. **Interessado:** SMURB.
16**Assunto:** Resolução - Ajuste de Traçado Viário e de Gravame de Área Verde e Inclusão de Gravame de Bacia de
17Amortecimento. **Local:** Rua Teotônia - Camaquã. **Relator:** CRECI. Conselheiro **Eduardo** (CRECI)
18solicitou adiar. **Adiado.** Tendo havido encerrado a Ordem do Dias às dezenove horas,
19**Presidente** abriu período para **Assuntos Gerais**. Conselheiro **Rogério** (SINDIMÓVEIS) opina
20que a demanda das Regiões seja pelas medidas compensatórias, opina que poderia se pensar
21em formatação para o conselheiro analisar o processo desde o seu início, ao contrário de como
22ocorre, vindo já finalizado pela CAUGE, teria que se avaliar a regulamentação da CAUGE.
23Conselheiro **Fernando** (IUA) questionou sobre o plano que tinha sido divulgado pela SMURB, de
24concurso de idéias para Porto Alegre, seriam trinta e cinco idéias, opina que o CMDUA poderia
25participar. Conselheira **Vaneska** (SMURB) informou que o edital está em fase de elaboração, se
26disponibiliza a trazer mais informações na próxima reunião. Conselheiro **Campani** (ABES) sobre
27a discussão das medidas compensatórias e mitigatórias, explicou o significado dos termos,
28opina que a discussão seja válida mas não sabe se seria positivo enviar o processo à
29comunidade antes da avaliação técnica, falou sobre as medidas no âmbito ambiental, se
30começou a indicar valores, o que não foi aceito, talvez se pudesse trazer este entendimento
31previamente, sem o devido entendimento pode haver pedidos inviáveis e frustrações, poderia-
32se pensar em dinâmica, lembra ainda que quem paga pelas medidas não é o empreendedor,
33mas o consumidor final, face preço repassado. Conselheira **Livia** (UFRGS) levanta duas
34questões que opina serem fundamentais, uma é a questão da segurança, Paulo Jorge fala
35reiterada vezes, acha que de alguma forma terá que se tocar neste assunto, Porto Alegre vem
36se tornando muito violenta, as condições da cidade tornam-se mais propícias para isso, opina
37que deva-se ter visão mais geral da cidade, ao invés de processos pontuais. Opina que a
38presidência possa orientar. A outra questão é referente à água, em alguns pontos há mau
39cheiro e gosto, o cheiro já na estrada Freeway está muito forte, parece que não existem
40investigações e informações, opinou que o CMDUA deveria ter algum tipo de atitude, sugere
41questionar as autoridades competentes. Referiu que na UFRGS existe discussão sobre a
42segurança, poderia contribuir na abordagem do assunto no CMDUA. **Presidente** informou que
43à respeito da água foi aberto inquérito civil no Ministério Público, DEP e DMAE estão sendo
44ouvidos, procurará trazer informações na próxima reunião. Quanto à questão da segurança o
45assunto é recorrente mas esbarra-se na competência do Estado, talvez a Metroplan pudesse
46contribuir com informações. Conselheira **Jussara** (Metroplan) refere que apesar da
47competência do Estado existem relações entre segurança e questões urbanas que podem
48reforçar ou não a situação de insegurança, Paulo Jorge vem reforçando por exemplo questões
49de iluminação, opina que se a UFRGS trabalha com esse assunto poderia fazer palestra nesse
50sentido. Conselheiro **Luiz Antonio** (RGP 6) informou que recebeu convite da Câmara, será
51realizada a terceira reunião do comitê permanente de segurança com a presença de Santiago
52Rocha do Comitê de Residência de Medellín da Colômbia, que tem experiência urbana
53importante no combate a violência, opina que o Estado tenha estado deficitário mas que o
54município não precisa se furtar dessa discussão. Conselheiro **Osório** (RGP 2) falou sobre a
55relação entre segurança e estruturação urbana, reforçou, opinou que uma das possibilidades de
56contrapartidas poderia ser políticas públicas que amenizassem essas questões, existem
57estudos sobre o assunto, o CMDUA pode buscar as informações, sendo o espaço onde se deva



ATA 2684

1 fazer essas relações. **Presidente** exemplificou um grande empreendimento na zona sul que na
2 ocasião tinha projeto para a implementação de diversas guaritas para dar segurança ao
3 entorno, mas chegou-se a conclusão que não bastavam obras sem que o estado tivesse
4 condições de disponibilizar efetivo, o assunto é complicado. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5)
5 opina que a importância do CMDUA seja olhar Porto Alegre, falou sobre a questão da
6 regularização das vilas, necessita-se provocar o gestor a realizar ações, falou sobre a
7 qualificação dos conselheiros, técnicos, teriam condições de assessorar a prefeitura, reiterou
8 que a competência do CMDUA é essa, conhecer a cidade e sugerir ações. Deve-se conhecer as
9 precariedades da cidade e as obras que vem sendo feitas. Propõe subdividir o grupo, conforme
10 área de atuação, para realizar ações efetivas, por exemplo a comissão do solo criado. Falou
11 sobre precariedades explícitas, o trânsito parado, referiu exemplo da Bento Gonçalves, se tem
12 cabimento, referiu vilas e lixões, situações vergonhosas. Conselheiro **Diaran** (RGP 7) falou
13 sobre o o curso de capacitação, quando irá sair. Questionou como se faz para saber das
14 contrapartidas dos empreendimentos, disse que solicitou há quatro ou cinco reuniões o
15 levantamento das contrapartidas da EPTC, não obteve resposta. Opinou que tenha-se que lutar,
16 estamos de parabéns porque já se mudou bastante, mas deve haver mais união, mas lembrou
17 que muitas vezes não há respostas. **Presidente** solicitou que traga por escrito, irá solicitar à
18 EPTC o prazo de dez dias para resposta. Conselheiro **Julio** (EPTC) informa que as solicitações
19 devem ser específicas, referiu que a demanda pela listagem das contrapartidas é muito ampla,
20 solicita esclarecer, a EPTC trabalha com mitigação de impactos, estabelecido por lei federal, a
21 mobilidade urbana é uma preocupação constante que surge com a implementação de grandes
22 empreendimentos que prejudicavam o tráfego, o que se faz então é o estudo para apontar as
23 medidas que impeçam prejuízos ao fluxo das pessoas, o benefício não é para o empreendedor
24 mas às pessoas. Considera justo o pleito das comunidades para indicação de contrapartidas,
25 mas não desta forma, é necessário bem conhecer, a EPTC cuida do trânsito, envolvendo não só
26 vias mas todos os modais, sinaleiras, enfim, reiterou que as medidas de circulação vêm no
27 sentido de não prejudicar a mobilidade, não de beneficiar o empreendedor. O assunto é
28 bastante técnico e envolve responsabilidade. Refere ainda que todos os projetos passam pelo
29 Conselho e que os interessados podem acompanhar e fazer os registros das contrapartidas
30 definidas. Conselheiro **Diaran** (RGP 7) mesmo assim critica que todas as contrapartidas sejam
31 para a EPTC, todos os empreendimentos ganham demandas da EPTC e nada vai para a
32 comunidade, na sua visão só o empreendedor é quem ganha. Conselheiro **Julio** (EPTC)
33 complementa que não é só a EPTC, as outras secretarias também indicam as necessidades, por
34 exemplo o DEP solicita bacias de amortecimentos, o DMAE a extensão de redes, além disso
35 escolas e praças por exemplo, talvez não se esteja lendo devidamente os pareceres da CAUGE,
36 sugere mais atenção ao documento. **Presidente** sugeriu fazer esta combinação, que os
37 relatores melhor apresentem os pareceres da CAUGE. Conselheiro **Paulo** (RGP 4) concorda com
38 que fala Paulo Jorge, sobre a necessidade de melhor conhecer a cidade, sendo novo no CMDUA
39 percebe que as vezes se vota supondo-se realidade, solicita que cada vez que haja votação
40 seja projetada imagem com a localização. Conselheiro **Brazeiro** (OP) gostaria de registrar a
41 deferência que o atual governo tem dado ao CMDUA, muito se critica, mas é importante
42 reconhecer quando se demonstra consideração, referiu a presença na reunião do presidente da
43 CTAARF, **Luciano**, informou que esteve presente na comissão e foi muito bem recebido, que o
44 Gabinete do Prefeito está de fato presente no CMDUA, referiu que o presidente de todas as
45 comissões é o conselheiro Giovani e que se deve reconhecer. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5)
46 salienta necessidade do curso, ainda há dúvidas, os conselheiros e relatores enfrentam
47 dificuldades. Conselheiro **Brazeiro** (OP) disse que houve evolução, em uma época os técnicos
48 não visitava as regiões quando analisavam projetos, agora se faz um trabalho visitando o local,
49 comprometido. Conselheiro **Rogério** (SINDIMÓVEIS) opina que a segurança seja problema
50 multidisciplinar, envolve por exemplo a estruturação urbana, policiamento, tecnologia via
51 câmeras, mas muito importante é a impunidade, esta se dá por falha na legislação, transcende
52 questão do estado ou município, refere como exemplo que o policial que prende, faz ocorrência
53 na delegacia e se não é crime de morte o sujeito é liberado, opina que seria preciso haver o
54 ciclo completo, ou seja, o policial prender, levar ao juiz e este na hora já determinar a pena.
55 Evitaria a percepção de impunidade que leva a reiteração dos crimes diversas vezes pela
56 mesma pessoa, exemplificou caso em frente da UFRGS. Conselheiro **Campani** (ABES) falou
57 sobre a relação entre urbanismo e segurança, se pode pensar em ambientes sim, contudo



1 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
2 CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA
3

4 **ATA 2684**

1 registra que o grande motivador da criminalidade seja a diferença social, exemplificou,
2 ilustrando a fala de Rogério falou que se no mesmo assalto houver adulto e adolescente, o
3 adolescente imediatamente será recolhido porque a audiência é feita na hora, enquanto o
4 adulto é liberado. Interessante refletir sobre o que de fato acontece, mesmo que se propague
5 que a proteção às crianças gere a impunidade e o aumento da criminalidade, o que de fato
6 ocorre é o inverso. **Item Cinco. Término.** Finalizadas as manifestações, às 20:00 (vinte horas),
7 foram encerrados os trabalhos do CMDUA. Eu, **Ana Paula Tomasi**, juntamente com o
8 presidente da sessão, assino e lavro a presente ata.

9

10

11

12 **Ana Paula Tomasi**

13 Secretária Executiva

14 Relatora

15

16 **Ata aprovada na sessão do dia 19/07/2016, sem retificações.**

17

18 **O áudio da sessão encontra disponível na Secretaria Executiva do CMDUA**

José Euclésio dos Santos

Presidente da sessão

Vice Presidente – Entidades Não Governamentais